

---

## Capítulo 1. Introdução e considerações metodológicas

### 1.1. Introdução

Este trabalho surge na continuidade de um estudo anterior sobre o megalitismo funerário alentejano (Rocha, 1999), centrado na área de Pavia, tal como foi definida, no primeiro quartel do século XX, por Vergílio Correia.

Esse primeiro estudo consistiu fundamentalmente numa análise do contributo de Vergílio Correia, com base na obra clássica desse autor, sobre o megalitismo regional (*El Neolítico de Pavia*, Correia, 1921). Trata-se, de facto, de uma revisão dos dados por ele publicados, em contraponto com um programa de prospecções sistemáticas e uma análise da informação adicional daí resultante.

Como é sabido, a escavação, em grande escala, das antas e sepulturas megalíticas do Alentejo Central, foi, nas primeiras décadas do século XX, um exclusivo dos investigadores sediados no actual Museu Nacional de Arqueologia.

Na verdade, para além de José Leite de Vasconcellos, cujas intervenções foram relativamente dispersas e pontuais – foram, recentemente, publicadas as anotações inéditas deste autor sobre algumas das escavações que dirigiu (Carreira, 1995-1996) – tinha havido antes, nas últimas décadas do século XIX, algumas primeiras intervenções com intuítos científicos, como as de Gabriel Pereira ou Émile Cartailac. Globalmente, o contributo delas é, hoje em dia, de pouca monta.

Em contrapartida, as centenas de monumentos escavados só por Vergílio Correia e Manuel Heleno, e sobretudo por este último, representavam, para as respectivas áreas de estudo, um manancial de informação manifestamente subaproveitada, sobretudo por se encontrar, em grande parte, inédita.

No caso de Vergílio Correia, que, realizou “la mayor y más completa exploración dolménica hecha hasta hoy en Portugal” (Correia, 1921: 9), a publicação dos resultados, acabou por sofrer, efectivamente, alguns percalços: o autor viu-se, ao que parece, obrigado a publicar em Espanha, em condições desfavoráveis, por lhe ter sido, aparentemente, negado o acesso aos materiais e documentos depositados no Museu Etnológico, referentes às campanhas de 1914 e 1915 (Rocha, 1999).

Quanto a Manuel Heleno, cujos trabalhos constituíram, até certo ponto, um prolongamento dos de Vergílio Correia, as lacunas eram ainda mais evidentes: passados sessenta anos, permanecem inéditos, na sua quase totalidade, os resultados das suas escavações e prospecções. O facto de terem sido recentemente recuperados, pelo Museu

Nacional de Arqueologia, os seus míticos *Cadernos de Campo*, impunha a disponibilização urgente dessa informação à comunidade científica.

Foi, portanto, com o objectivo de alargar e aprofundar o trabalho iniciado com Vergílio Correia e de manter, dentro do possível, uma certa coerência geográfica, que decidi recentrar a minha investigação no contributo científico destes documentos, à luz dos dados actualmente disponíveis e dos temas que, hoje em dia, configuram a agenda do estudo do megalitismo em Portugal.

Em paralelo, pretendo, com este exercício, contribuir para a compreensão do panorama geral dos estudos do megalitismo português, na primeira metade do século XX, contextualizando melhor a obra de um investigador que, nas palavras de Carlos Fabião foi “durante trinta anos, a face oficial” e o “principal culpado do marasmo da arqueologia portuguesa da primeira metade do século” (Fabião, 1999:126).

Os dados apresentados neste trabalho baseiam-se, sobretudo, nas informações contidas nos referidos *Cadernos de Campo*; pontualmente, em função das problemáticas equacionadas, foram inspeccionados alguns dos materiais depositados no MNA e, em paralelo, foi revisitada a maioria dos monumentos e sítios referidos por Manuel Heleno.

Foram também, nos aspectos que considere mais pertinentes, tomados em consideração, para a discussão do material reunido, os resultados dos meus próprios trabalhos de campo sobre o megalitismo funerário no Alentejo Central, assim como os dados e as propostas que, sobre este tema, têm sido aduzidos, nos últimos anos.

## 1.2. Metodologia

A área de estudo foi, naturalmente, delimitada com base na cartografia dos monumentos e sítios coligidos por Manuel Heleno, nos seus *Cadernos de Campo*; trata-se, como veremos, de uma área geográfica bastante coerente, embora, em nenhum momento, tenha encontrado na documentação compulsada, qualquer explicitação dos critérios que presidiram à sua escolha.

Os limites dessa área definem, *grosso modo*, um rectângulo de orientação NE-SW, que engloba essencialmente a parte Norte do Alentejo Central, integrada na bacia hidrográfica do Tejo ou, visto desde outra perspectiva, corresponde aos limites meridionais da bacia terciária do Tejo e aos terrenos que a bordejam imediatamente a Sul.

Foram excluídos, por parecerem excêntricos e corresponderem a intervenções casuísticas, as escassas referências a sítios e monumentos dos concelhos de Fronteira,

Redondo, Alandroal e Évora, apesar de, mesmo assim, constarem no Capítulo 5 e no Anexo 2, Volume 2.

A investigação baseou-se, como referi, na análise crítica dos *Cadernos de Campo*, onde Manuel Heleno reuniu informação sobre cerca de 300 monumentos e sítios (antas, sepulturas megalíticas, povoados, santuários), escavados ou apenas referenciados.

Inicialmente, os trabalhos foram realizados no Museu Nacional de Arqueologia – que alguns consideram o maior “sítio” arqueológico em Portugal – com a leitura, transcrição e organização dos 46 *Cadernos* manuscritos, relativos aos concelhos de Montemor-o-Novo, Coruche, Mora, Arraiolos e Estremoz, e a confrontação pontual com os materiais depositados no Museu; numa segunda fase, desenvolvi um programa de prospecção arqueológica, com o intuito de procurar relocalizar, no terreno, os referidos monumentos/sítios e, simultaneamente, obter novos dados sobre o megalitismo regional.

### **1.2.1. Descrição dos monumentos funerários inventariados**

Os principais aspectos arquitectónicos dos monumentos foram analisados através de uma Base de Dados, originalmente em Access, cujos campos foram construídos a partir da informação, relativamente detalhada, reunida nos *Cadernos de Campo* de Manuel Heleno (Volume 2, Anexo 5).

A maior parte dos sítios foram referenciados de acordo com um Código sequencial, alfabético, atribuído por Manuel Heleno, que vai de A a LO; os restantes, não codificados por aquele investigador, foram referenciados com base na data em que foram intervencionados ou referidos nos *Cadernos*.

A *Base de Dados* contempla um total de 29 campos. Os critérios descritivos utilizados basearam-se, genericamente, nos que têm vindo a ser utilizados pela equipa da UNIARQ, desde 1990 (Gonçalves, 1992), e em que, basicamente, foram tomadas em consideração as medidas do DCL (Diâmetro Longitudinal da Câmara) e do DCT (Diâmetro Transversal da Câmara), assim como o CC (Comprimento do Corredor).

Os códigos utilizados por Manuel Heleno para designar os esteios dos monumentos funerários, foram discriminados no *Caderno* 4, junto com a descrição da Anta F (1931), indicando que “os esteios da câmara designaram-se por A, B, C, D, E, F, G da esquerda para a direita, voltado para a pedra mestra. Os esteios do corredor, com o

observador na mesma posição, designam-se, os da direita por I, II, III, IV, V, VI e os da esquerda 1, 2, 3, 4, 5, 6” (Cd.4 – Anta F).

Em termos descritivos, foram utilizados os seguintes parâmetros (Gonçalves, 1992): **ID** – Numeração Automática; **RL** – Relocalização (S – Sim; N – Não; D – Destruída); **N** – Número (campo de interligação); **COD** – Código alfabético Manuel Heleno/Data; **DESIGNAÇÃO** – Nome/Topónimo atribuído ao monumento; **CD** – Número do *Caderno de Campo*; **C** – Concelho; **TIPO** – Tipo de Monumento; **ECm** – Número de esteios da Câmara; **AC** – Número de esteios da Antecâmara (caso existam); **ECrD** – Número de esteios do Corredor lado Direito; **ECrE** – Número de esteios do Corredor lado Esquerdo; **CH** – Chapéu (S – sim; N - não); **TC** – Numero de tampas de Corredor; **TM** – *Tumulus* (S – sim; N – não); **DCT** - Diâmetro da Câmara no sentido transversal; **DCL** – Diâmetro da Câmara no sentido longitudinal; **CC** – Comprimento do Corredor; **Hcm** – Altura máxima dos esteios da câmara; **Hcr** – Altura máxima dos esteios do corredor; **P** – Pinturas (S – sim; N – não); **COV** – Covinhas; **O** – Orientação; **MAT** – Materiais (S – sim; N – não); **Data Escavação** – Manuel Heleno; **CMP** – Carta Militar de Portugal; **X** – Meridiano; **Y** – Paralelo; **Alt** – Altimetria; **RIGOR** – (1- GPS; 2 – 25:000; 3 – Manuel Heleno; 4 – Não localizada); **BIB** – Bibliografia; **OBS** – Observações.

Note-se que, dentro dos valores métricos anotados por Manuel Heleno, foram apenas consideradas as medidas referentes às dimensões dos monumentos e não dos elementos individuais que os compõem, nomeadamente as medidas (largura, comprimento e espessura) dos esteios e tampas.

Por outro lado, algumas das informações, de carácter não quantitativo e de difícil sistematização, foram apenas incluídas nas descrições constantes do Anexo 2, Volume 2.

### 1.2.2. Descrição dos materiais arqueológicos

Para a análise do espólio, optei pela criação de duas tabelas distintas (originariamente em *Excel*): uma tabela para cada monumento (Volume 2, Anexo 2) e uma tabela geral (Volume 2; Anexo 6), onde se pudessem cruzar todos os dados em simultâneo.

Os conteúdos destas tabelas dependeram, naturalmente, da natureza dos dados disponíveis. Por uma questão de economia de espaço, foram eliminados os campos vazios.

No que diz respeito aos grupos de materiais, consideraram-se dez categorias: *Cerâmica, Pedra Polida, Pedra Lascada, Adorno, Sagrado, Mós, Percutores, Ossos, Época Romana, Outras Épocas*. Cada uma destas foi subdividida em função dos materiais existentes.

### 1.2.2.1. Cerâmica

No que diz respeito às Cerâmicas e apesar da relativa abundância deste tipo de artefactos em alguns monumentos megalíticos, sobretudo nos de maiores dimensões, o tipo de informação disponível não permite fazer análises demasiado detalhadas sobre os respectivos aspectos morfológicos. Assim sendo, foram considerados, apenas, seis categorias: *Fragmentos, Não Identificada, Peso de Tear, Decorada, Vasos e Taças*.

Neste capítulo, optei ainda por não repetir os somatórios, ou seja, a cerâmica com decoração (quer se trate de peças inteiras ou apenas de fragmentos) aparece contabilizada apenas como *Decorada*.

Ainda em relação aos somatórios, verifica-se, frequentemente que Manuel Heleno refere a existência de espólio fragmentado, ao qual atribui um número de inventário. No entanto, muitas vezes não refere a quantidade de fragmentos recolhidos: “...no começo do corredor, parte oposta à câmara muitíssimos fragmentos de vaso. Parece-me que alguns fragmentos são de vasos fumegados, bicónicos.”; ou “muitos vasos no fim do corredor” (Cd. 2, Anta A – Volume 2, Anexo 1, p. 19). Nestes casos, apenas se contabilizou um registo, aparecendo na tabela um valor, seguido do sinal mais, interrogado (ex. 23+?).

Por outro lado, quando se trata de vários fragmentos referidos como pertencendo à mesma peça, também se contabilizou apenas um registo, como, por exemplo, quando Manuel Heleno anota “vaso em dois fragmentos” (Cd. 2, Anta A – Volume 2, Anexo 1, p. 19).

Tendo em conta estes aspectos, derivados do laconismo da informação disponível, a contabilidade que se apresenta, para cada monumento, deve ser considerada, regra geral, como referente ao número mínimo de vasos existentes.

### 1.2.2.2. Pedra Polida

A Pedra Polida é a categoria que se encontra representada num maior número de monumentos (sobretudo os machados); a informação apresentada por Manuel Heleno permite considerar apenas quatro categorias: *Machados*, *Enxós*, *Goivas* e *Outros*.

### 1.2.2.3. Pedra Lascada

Em relação à Pedra Lascada, os critérios analíticos usados por Manuel Heleno permitiram apenas utilizar, com segurança, seis categorias gerais: *Geométricos*, *Lâminas/Lamelas*, *Alabardas*, *Pontas de Seta* e *Outros*.

Na categoria de *Outros* incluem-se as aguçadeiras, cristais de rocha e fragmentos não identificados.

Note-se, por exemplo, que a distinção entre *Lamelas* e *Lâminas* só pode ser efectuada com a revisão integral dos materiais existentes no MNA; na verdade, se, por vezes, Manuel Heleno refere a presença de grandes lâminas, noutras limita-se a enumerar a existência de “faquinhãs”, conceito que, em princípio, engloba todas as lamelas e, eventualmente, algumas lâminas de menores dimensões.

### 1.2.2.4. Sagrado

No que diz respeito aos artefactos de carácter exclusivamente mágico-religioso ou simbólico, considerei apenas duas categorias: *Placas de Xisto* e *Báculos*.

Na verdade, a matéria-prima nunca é especificada e apenas num caso, cuja descrição sugere, efectivamente, diferenças sensíveis em relação aos restantes, confirmei a presença de uma placa de grés.

Manuel Heleno refere-a como “estela eneolítica, variante do chapão ou o mais natural a forma primitiva dos chapões” e a peça encontrava-se, nos registos do MNA, referida como “Escoural” que resultou, eventualmente, de uma leitura deficiente do nome da anta do Espadanal, em Estremoz, de onde efectivamente provém.

Por outro lado, pelo facto de estes artefactos serem relativamente excepcionais e de Manuel Heleno ter manuseado um número significativo de placas (os *chapões* da sua terminologia), seria mais normal que, havendo outras peças de grés, ele tivesse deixado, nos *Cadernos*, alguma observação sobre elas.

### 1.2.2.5. Adorno

Em relação aos objectos de Adorno, considereei a existência de cinco categorias: *Contas, Lagomorfos, Pendentes, Botões e Outros*.

Neste domínio, são escassas as indicações sobre as matérias-primas, embora exista um ou outro comentário, nomeadamente quando se trata de materiais supostamente exóticos, como é o caso das pedras verdes, em que Manuel Heleno se questiona sobre a sua importância para a compreensão de fenómenos de trocas e/ou de movimentações de pessoas e produtos.

#### **1.2.2.6. Elementos de Mó**

Apesar de se tratar de um artefacto relativamente raro em contextos funerários, Manuel Heleno refere sempre a sua presença, embora normalmente sem indicar a matéria-prima e sem distinguir se se trata de dormentes ou moventes.

#### **1.2.2.7. Percutores**

À semelhança das categorias anteriores, mas neste caso particular por não lhes ter manifestamente atribuído muito valor, até por normalmente serem muito frequentes nas mamoas, Manuel Heleno refere, por vezes, a sua existência, sem especificar a matéria-prima, a forma ou o estado de conservação/utilização destes artefactos.

#### **1.2.2.8. Ossos**

Em contrapartida, a existência de restos osteológicos nos monumentos megalíticos, apesar da sua raridade, foi registada, por vezes minuciosamente, por Manuel Heleno, o que me permitiu criar quatro categorias: *Crânios, Longos, Indeterminados e Decorados*.

#### **1.2.2.9. Época Romana**

Em relação a artefactos deste período, presentes em alguns monumentos, criei três categorias, com base nas descrições realizadas por Manuel Heleno: *Cerâmica, Metal e Moedas*.

#### **1.2.2.10. Outras Épocas**

A existência, nos monumentos, de materiais atribuídos por Manuel Heleno a outros períodos cronológicos, permitiu manter as mesmas três categorias do ponto anterior.

### 1.2.3. Descrição da proveniência

Em relação à proveniência espacial dos materiais, foi possível criar cinco categorias: *Câmara (Cm)*, *Corredor (Cr)*, *Câmara/Corredor (Cm/Cr)*, *Mamoia ou Tumulus (Mm)* e *Outra*.

Sempre que não é clara a indicação da proveniência, os materiais aparecem contabilizados na categoria *Outra*. Por exemplo, quando Manuel Heleno refere que “os chapões apareceram quasi todos na câmara” (Cd.13, Anta KN), o que torna impossível uma contabilização correcta do número de placas de xisto provenientes da câmara, a contabilização foi feita apenas na categoria *Outra*.

### 1.2.4. Relocalização dos monumentos

A relocalização dos monumentos megalíticos foi efectuada com base nas indicações fornecidas, sem suporte cartográfico, por Manuel Heleno. Quando estas não são suficientemente explícitas, recorri a duas estratégias:

a) tendo em conta que, normalmente, este investigador foi escavando, de uma forma sequencial, os monumentos que se encontravam próximos uns dos outros, os casos menos explícitos foram identificados com base na pesquisa toponímica (tendo em consideração as Campanhas ou os *Cadernos de Campo*), efectuada nas imediações dos que já antes haviam sido identificados;

b) nos casos em que o método anterior não foi aplicável, utilizou-se a pesquisa do Repertório Toponímico de Portugal, dentro das Cartas Militares que pareciam, à partida, ser as mais prováveis para a localização do monumento, assim como as Cartas, na Escala 1: 100 000, produzidas na segunda metade do século XIX.

Desta forma, foi possível identificar e localizar cartograficamente a maioria dos topónimos referidos por Manuel Heleno.

Quanto à relocalização dos monumentos propriamente ditos, foi usada, sempre que possível, a informação oral, embora, na maior parte dos casos, tenha sido necessário efectuar batidas, mais ou menos sistemáticas, do terreno.

Como era de supor, a relocalização dos sítios nem sempre foi uma tarefa fácil, devido a vários condicionalismos. De facto, volvidos cerca de setenta anos após o início dos trabalhos de Manuel Heleno, no Alentejo, muitas foram as alterações paisagísticas relevantes, não só a nível dos tipos de uso dos solos, como da rede viária e dos próprios



montes alentejanos que lhe serviram de referência na maior parte das descrições locais.

Na verdade, nos últimos anos, muitos dos terrenos irrigáveis foram completamente transformados por uma agricultura de regadio que não se compadece com a presença de monumentos megalíticos, vistos como um empecilho à passagem das máquinas agrícolas e, sobretudo, dos *pivots* de rega. Esse fenómeno foi particularmente observado ao longo da Ribeira de Lavre.

Noutros casos, ocorreu a situação inversa: algumas áreas de pequena propriedade onde, nos anos trinta e quarenta, se fazia uma agricultura tradicional, de base familiar, actualmente pouco rentável, foram abandonadas e cobertas por matagais - utilizados como coutos de caça - que tornam muito difícil a localização dos monumentos megalíticos de pequena dimensão.

Estas dificuldades vêm-se, frequentemente, acrescidas por um fenómeno muito recente, na região, e que se relaciona com alterações significativas ao nível da propriedade e do tipo de uso dos solos: a vedação das propriedades com redes que chegam a atingir os três metros de altura e com portões fechados a cadeado.

Em relação aos montes alentejanos que, em meados do século vinte, eram ainda as bases logísticas da exploração agrícola das herdades, verifica-se que muitos deles se encontram actualmente abandonados, outros muito destruídos e outros ainda desapareceram totalmente.

Como veremos mais detalhadamente no Capítulo 6, foi possível relocalizar, no terreno, um total de 186 monumentos megalíticos (Rigor 1: coordenadas obtidas com GPS; Rigor 2: coordenadas obtidas com base nas CMP, 1: 25 000), dos cerca de 300 recenseados a partir dos *Cadernos* de Manuel Heleno.

Quanto aos monumentos que não foram relocalizados, há a considerar três situações:

1. a área apresenta um coberto vegetal muito denso ou muitos amontoados de pedras. Neste caso, os monumentos poderão estar encobertos. Foram cartografados a partir das indicações fornecidas por Manuel Heleno (Rigor 3);
2. a área encontra-se totalmente limpa de pedras. Os monumentos encontram-se certamente destruídos e foram igualmente cartografados a partir das indicações fornecidas por Manuel Heleno (Rigor 3);

3. as indicações fornecidas por Manuel Heleno são ambíguas ou mesmo inexistentes. Estes monumentos não foram, obviamente, relocizados nem cartografados. Dentro deste grupo existe um total de 40 monumentos que, na sua maioria, não foram escavados (e alguns nem sequer foram visitados) por Manuel Heleno.